



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstrações Financeiras

JUN/2016



Aos Administradores e Cotistas da
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 30 de junho de 2016 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, e o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2016 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 23 de agosto de 2016.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751 / O-6



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CIRCULANTE		53.544	35.225	CIRCULANTE		51.869	44.412
Disponibilidades	4	699	1.236	Outras obrigações		51.869	44.412
Títulos e valores mobiliários	5	35.860	24.779	Fiscais e previdenciárias	9	6.197	2.593
Carteira própria		35.860	24.779	Diversas	8	45.672	41.819
Outros créditos		16.985	9.210	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		86.011	82.596
Diversos	6	16.985	9.210	Outras obrigações		86.011	82.596
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		462.570	154.748	Fiscais e previdenciárias	9	3.273	5.616
Títulos e valores mobiliários	5	393.022	76.186	Diversas	8	82.738	76.980
Carteira própria		393.022	76.186	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		378.234	62.965
Outros créditos		69.548	78.562	Capital social	11	474.654	174.654
Diversos	6	69.548	78.562	De domiciliados no país		474.654	174.654
				Prejuízos acumulados		(96.420)	(111.689)
TOTAL DO ATIVO		516.114	189.973	TOTAL DO PASSIVO		516.114	189.973



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil quotas)

	Nota	1º sem/2016	2º sem/2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		11.045	5.715
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5a	11.045	5.715
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		11.045	5.715
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		12.275	16.743
Receitas de prestação de serviços	12	65.372	62.346
Outras despesas administrativas	13	(39.441)	(31.865)
Despesas tributárias	16	(10.066)	(9.368)
Outras receitas operacionais	14	3.027	2.753
Outras despesas operacionais	15	(6.617)	(7.123)
RESULTADO OPERACIONAL		23.320	22.458
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		9	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		23.329	22.458
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(8.060)	(7.423)
Provisão para imposto de renda	7b	(3.179)	(4.035)
Provisão para contribuição social	7b	(1.149)	(1.576)
Ativo fiscal diferido	7b	(3.732)	(1.812)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		15.269	15.035
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL QUOTAS - 474.654.195 (174.654.195 em 2015)		32,17	86,08



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Capital</u>	<u>Lucro(Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2015	174.654	(126.724)	47.930
Lucro líquido do semestre	-	15.035	15.035
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	174.654	(111.689)	62.965
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 12/07/2016	300.000	-	300.000
Lucro líquido do semestre	-	15.269	15.269
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2016	474.654	(96.420)	378.234



GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

	<u>Nota</u>	<u>1° sem/2016</u>	<u>2° sem/2015</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro ajustado		<u>13.205</u>	<u>17.243</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido		15.269	15.035
Ajustes ao lucro/(prejuízo) líquido:		<u>(2.064)</u>	<u>2.208</u>
Provisões e obrigações legais	10b	1.069	660
Atualizações para depósito em garantia e impostos a compensar	14	(148)	(160)
Impostos correntes, diferidos e créditos tributários	7b	3.732	1.812
Provisões para imposto de renda e contribuição social	7b	4.328	5.611
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		(11.045)	(5.715)
Variações das contas de ativo e passivo operacional		<u>3.130</u>	<u>(1.671)</u>
(Aumento)/Redução de outros créditos		2.017	8.579
Aumento/(Redução) em outras obrigações		5.475	(5.042)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.362)	(5.208)
Caixa líquido gerado / (utilizado) nas atividades operacionais		16.335	15.572
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários		<u>(316.872)</u>	<u>(15.008)</u>
Caixa líquido gerado / (utilizado) nas atividades de investimento		(316.872)	(15.008)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 12/07/2016		<u>300.000</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		300.000	-
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
		<u>(537)</u>	<u>564</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre		<u>1.236</u>	<u>672</u>
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre		<u>699</u>	<u>1.236</u>



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO
LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

ATIVO	<u>2016</u>	<u>2015</u>	PASSIVO	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CIRCULANTE	1.081.347	1.018.571	CIRCULANTE	1.081.347	1.018.571
Disponibilidades	2.643	1.734	Obrigações diversas	1.081.347	1.018.571
Depósitos bancários	2.643	1.734	Obrigações com consorciados	454.920	446.695
Aplicações financeiras (nota 5)	300.170	273.594	Valores a repassar	1.950	2.273
Outros créditos	778.534	743.243	Obrigações por contemplações a entregar	207.289	191.665
Direitos com consorciados contemplados	778.534	743.243	Obrigações com a Administradora	210	251
Normais	769.691	737.343	Recursos a devolver a consorciados	347.947	317.961
Em atraso	8.843	5.900	Recursos dos grupos	69.031	59.726
COMPENSAÇÃO	3.468.135	3.615.506	COMPENSAÇÃO	3.468.135	3.615.506
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	45.178	43.671	Recursos mensais a receber de consorciados	45.178	43.671
Contribuições devidas ao grupo	1.889.865	1.952.058	Obrigações do grupo por contribuição	1.889.865	1.952.058
Valor dos bens a contemplar	1.533.092	1.619.777	Bens a contemplar - valor	1.533.092	1.619.777
TOTAL DO ATIVO	4.549.482	4.634.077	TOTAL DO PASSIVO	4.549.482	4.634.077



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhões de reais)

	<u>1º sem/2016</u>	<u>2º sem/2015</u>
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO SEMESTRE	275.328	264.448
Depósitos bancários	1.734	1.231
Aplicações financeiras	273.594	263.217
(+) Recursos coletados	439.615	435.007
Contribuições para aquisição de bens	336.709	331.214
Taxa de administração	62.476	59.800
Contribuições ao fundo de reserva	10.292	10.083
Rendimento de aplicações financeiras	15.526	14.277
Multas e juros moratórios	4.812	4.369
Prêmios de seguro	6.736	7.151
Outros	3.064	8.113
(-) Recursos utilizados	412.130	424.127
Aquisição de bens	318.821	329.147
Taxa de administração	63.497	60.656
Multas e juros moratórios	1.229	1.072
Prêmios de seguro	6.959	7.389
Custas judiciais	31	22
Devolução a consorciados desligados	11.684	10.827
Despesas de registro de contratos	1.289	1.275
Outros	8.620	13.739
DISPONIBILIDADES NO FIM DO SEMESTRE	302.813	275.328
Depósitos bancários	2.643	1.734
Aplicações financeiras (nota 5)	300.170	273.594



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”) tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas (denominadas consolidadas) dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcio consolidados, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas consubstanciadas no plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF e lei das sociedades por ações, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 23 de agosto de 2016.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

3.1. Administradora

a) Resultado das operações

A taxa de administração paga pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receitas de prestação de serviços por ocasião do recebimento das parcelas dos grupos de consórcio. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional - CMN são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias da data de aquisição, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.



c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e a Administração tem a intenção de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

d) Ativos circulante e realizável em longo prazo

O ativo circulante e realizável em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata temporis”, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos foi constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.

e) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da administração, não houve indícios de perda por “*impairment*” no semestre findo em 30 de junho de 2016.

f) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias “pro rata temporis”.

g) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2016, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.



- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil ao ano (R\$120 mil ao semestre), a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

i) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.2. Grupos de consórcio

a) Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundo comum e de reserva.

d) Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.



e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuição ao fundo comum efetuada por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

k) Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro.



A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Quantidade de grupos administrados	395	396
Quantidade de consorciados ativos	104.408	101.939
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	202.134	195.189
Quantidade de bens entregues no semestre	8.095	8.546
Quantidade de bens pendentes de entrega	5.357	5.195
Taxa de inadimplência	15,71%	13,21%

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Disponibilidades	<u>699</u>	<u>1.236</u>

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	<u>Administradora</u>		<u>Grupos</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Certificados de Depósito Bancário – CDBs:</u>				
Banco GMAC S.A. – CDB Pré-Fixado (a)	428.882	100.965	-	-
<u>Cotas de fundos de investimento:</u>				
Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II (b)	-	-	300.170	273.594
Total	<u>428.882</u>	<u>100.965</u>	<u>300.170</u>	<u>273.594</u>

- a) São representados por Certificados de Depósitos Bancários, classificados como títulos mantidos até o vencimento, com vencimentos até maio de 2020, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados, variáveis entre 11,08% (aplicação pactuada em julho de 2014) e 16,70% (aplicação pactuada em dezembro de 2015). O resultado de Certificados de Depósitos Bancários foi de R\$11.045 (R\$5.715 em 2015), conforme nota 17d.
- b) São representados por aplicações em Fundo de Investimento não exclusivo, classificadas como disponíveis para venda, sendo utilizado o valor da cota do fundo na data do balanço. O saldo inclui aplicações vinculadas a contemplações no montante de R\$300.170 (R\$273.594 em 2015).



Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro 2015:

	2016			2015		
	<u>Até 12 meses</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Até 12 meses</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>Total</u>
Administradora: Certificados de Depósito Bancário	35.860	393.022	428.882	24.779	76.186	100.965

	2016		2015	
	<u>Sem vencimento</u>	<u>Total</u>	<u>Sem vencimento</u>	<u>Total</u>
Grupos: Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II	300.170	300.170	273.594	273.594

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A conta “Outros créditos - diversos” possui a seguinte composição:

	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	4.609	-
Crédito tributário - imposto de renda e contribuição social (nota 7e)	76.904	81.037
Devedores por depósitos em garantia (nota 10b)	4.586	6.439
Valores Pendentes de Recebimentos - Cobrança Judicial (b)	1.897	1.897
Provisões de Valores Pendentes de Recebimentos - Cobrança Judicial (b)	(1.897)	(1.897)
Outros (c)	434	296
Total	86.533	87.772
Ativo circulante	16.985	9.210
Realizável a longo prazo	69.548	78.562

- Refere-se substancialmente a impostos de renda retidos na fonte sobre Títulos e Valores Mobiliários – CDB Pré-Fixado e imposto de renda e contribuição social a compensar do semestre corrente.
- Refere-se a valores a receber de contratos inadimplentes contemplados que estão em cobrança judicial, para os quais foi constituída uma provisão para perdas em função da expectativa de recuperação.
- Refere-se substancialmente a recuperação junto aos agentes de consórcios de valores de comissões pagas pela venda de cotas de consórcio que foram posteriormente canceladas.



7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações dos semestres:

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	23.329	23.329	22.458	22.458
Alíquotas utilizadas para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Despesa de acordo com as alíquotas	(5.832)	(2.100)	(5.615)	(2.021)
Efeito de IRPJ e CSLL sobre adições/exclusões permanentes				
Outras adições/exclusões permanentes	(4)	(1)	(94)	(35)
Provisão para devedores duvidosos (i)	(99)	(36)	-	-
Incentivo Projetos Culturais (ii)	-	-	330	-
Adicional do imposto de renda	12	-	12	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no semestre	(5.923)	(2.137)	(5.367)	(2.056)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.060)		(7.423)	

- (i) Baixa do crédito tributário sobre provisão para devedores duvidosos por falta de expectativa de realização.
- (ii) Do total dos incentivos fiscais, R\$170 refere-se a doações a projetos culturais (PRONAC), conforme Lei Rouanet (Lei 8.313, conforme art. 18º), R\$ 40 refere-se a doações ao fundo do esporte (Lei 11.438/2006 art.3º), R\$ 40 refere-se a doações ao FUNCAD (Lei 9.250/95 Art. 1º), R\$ 40 refere-se a doações ao fundo do Idoso (Lei 9.250/95 Art. 1º) e R\$ 40 refere-se a doações ao PRONAS (Lei 12.715/2012 Art. 6º).



b) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes aos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	2016		2015	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
IRPJ e CSLL correntes devidos no semestre	(3.179)	(1.149)	(4.035)	(1.576)
Constituição / realização de impostos diferidos:				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(1.367)	(492)	(1.876)	(675)
Provisão para devedores duvidosos	(99)	(36)	-	-
Provisões para riscos fiscais	(486)	(175)	32	12
Provisões para cíveis e trabalhistas	156	57	87	30
Provisão de valores a devolver para consorciados	(3.089)	(1.112)	-	-
Provisões para comissões	611	219	79	29
Outras adições temporárias	1.236	444	385	138
Constituição / realização de passivo fiscal diferido:				
Correção de depósitos judiciais	294	107	(39)	(14)
	(5.923)	(2.137)	(5.367)	(2.056)
Total	(8.060)	(2.137)	(7.423)	(2.056)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2016		2015	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	48.118	17.322	49.485	17.815
Adições temporárias:				
Provisões para outros créditos de liquidação duvidosa	-	-	99	36
Provisões para riscos fiscais (nota 10)	669	241	1.155	416
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas (nota 10)	821	296	665	239
Provisões de valores a devolver para consorciados	-	-	3.089	1.112
Provisões para comissões (nota 8)	4.544	1.636	3.933	1.416
Outros	2.277	980	1.041	536
Total do crédito tributário	76.904	19.275	81.037	3.356



d) Expectativa de realização e cálculo do valor presente dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social reconhecido contabilmente:

Ano	IRPJ		CSLL		Valor contábil	Valor presente*
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa	Total	Total
2016	7.527	1.823	2.860	611	12.821	9.905
2017	446	7.793	171	2.802	11.212	8.673
2018	135	8.759	49	3.153	12.096	9.466
2019	106	9.138	38	3.290	12.572	9.911
2020	76	9.650	27	3.474	13.227	10.468
2021	21	10.955	8	3.992	14.976	11.879
Total	8.311	48.118	3.153	17.322	76.904	60.302

(*) O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$60.302 em 30 de junho de 2016.

Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado semestralmente que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros. No processo de elaboração da nota explicativa de realização de créditos tributários, foram consideradas as instruções da Circular BACEN nº 3.174/03, Resolução CMN nº 3.059/02 e Resolução CMN nº 4.441/15 art. 5º.



e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

<u>Créditos tributários:</u>	<u>31/12/2015</u>	Constituições (Realizações) Líquidas	<u>30/06/2016</u>
	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	135	(135)	-
Provisões para riscos fiscais	1.571	(661)	910
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	904	213	1.117
Provisões de valores a devolver para consorciados	4.201	(4.201)	-
Provisões para comissões	5.349	830	6.179
Outras adições temporárias	1.577	1.681	3.258
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	<u>13.737</u>	<u>(2.273)</u>	<u>11.464</u>
Créditos de prejuízo fiscal	49.485	(1.368)	48.117
Créditos de base negativa de contribuição social	17.815	(492)	17.323
Total de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas	<u>67.300</u>	<u>(1.860)</u>	<u>65.440</u>
Total de créditos tributários (nota 6)	<u>81.037</u>	<u>(4.133)</u>	<u>76.904</u>
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Atualizações de depósitos judiciais	(997)	401	(596)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias (nota 9)	<u>(997)</u>	<u>401</u>	<u>(596)</u>
Líquido	<u>80.040</u>	<u>(3.732)</u>	<u>76.308</u>

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

Composição das outras obrigações diversas:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Obrigações com grupos de consórcio/consorciados (a)	83.674	77.828
Provisões de valores a devolver a consorciados (b)	20.134	19.088
Provisões para comissões (c)	18.174	15.731
Provisões para riscos cíveis (nota 10a)	2.918	2.488
Provisão para riscos trabalhistas (nota 10a)	367	171
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 17d)	-	17
Outros	3.143	3.476
Total	<u>128.410</u>	<u>118.799</u>
Passivo circulante	45.672	41.819
Exigível a longo prazo	82.738	76.980



- a) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pelo respectivo rendimento da cota do Fundo BRAM Fundo de Investimento Referencial DI Federal II. Do total de recursos não procurados, apenas R\$24.108 (R\$21.351 em 2015) são passíveis de incidências da taxa de administração conforme prevista na Circular 3.432/09. Os demais valores não sofrem tal dedução.
- b) Referem-se à obrigação com consorciados relativos aos grupos encerrados entre maio de 2003 a junho de 2005, antes da edição da Circular 2.766/99, que por determinação do BACEN foram provisionados e aguardam informações dos consorciados para restituição dos recursos não procurados.
- c) Referem-se à provisões para pagamento de comissões sobre vendas de cotas de consórcios.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Composição de outras obrigações fiscais e previdenciárias nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisões para impostos sobre o lucro - corrente - IRPJ e CSLL (a)	4.358	975
Provisões para riscos fiscais (nota 10a)	2.677	4.620
Provisões para passivo fiscal diferido sobre atualizações monetárias do depósitos judiciais (b) (nota 7e)	596	997
Impostos e contribuições a recolher (c)	<u>1.839</u>	<u>1.617</u>
Total	<u>9.470</u>	<u>8.209</u>
Passivo circulante	6.197	2.593
Exigível a longo prazo	3.273	5.616

- a) Referem-se a R\$3.201 (R\$667 em 2015) de IRPJ e R\$1.157 (R\$308 em 2015) de CSLL sobre o resultado do semestre corrente.
- b) Refere-se à constituição do passivo fiscal diferido sobre a receita de atualização monetária dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo (nota 7e).
- c) Referem-se aos impostos sobre faturamento (PIS, COFINS e ISS) no montante de R\$1.824 (R\$1.569 em 2015) e tributos retidos na fonte sobre contratação de serviços R\$15 (R\$48 em 2015).



10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição das provisões de riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisões para riscos fiscais:		
Programa de Integração Social – PIS	2.677	2.639
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF	-	1.981
Total das provisões para riscos fiscais (nota 9)	<u>2.677</u>	<u>4.620</u>
Provisões para riscos cíveis (nota 8)	2.918	2.488
Provisões para riscos trabalhistas (nota 8)	367	171
Total	<u><u>5.962</u></u>	<u><u>7.279</u></u>

b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.620	171	2.488	7.279
Constituição / (Reversão) líquida do semestre	38	196	835	1.069
Baixa por encerramento	(1.981)	-	-	(1.981)
Pagamentos	-	-	(405)	(405)
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>2.677</u>	<u>367</u>	<u>2.918</u>	<u>5.962</u>
Depósitos em garantia (nota 6)	<u><u>2.690</u></u>	<u><u>26</u></u>	<u><u>1.870</u></u>	<u><u>4.586</u></u>

Resumo dos passivos contingentes classificadas como possíveis:

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Quantidade</u> <u>de processos</u>	<u>Montante</u> <u>em R\$ mil</u>	<u>Quantidade</u> <u>de processos</u>	<u>Montante</u> <u>em R\$ mil</u>
Cíveis	305	1.251	287	1.215

Obrigações legais

Referem-se basicamente às obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, as quais estão integralmente provisionados, como segue:

- PIS - Mandado de Segurança visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que expandiu a base de cálculo da contribuição para o PIS, para permitir o recolhimento nos termos da LC 7/70 (PIS-repique), ou, subsidiariamente, da Lei nº 9.715/98 (PIS-Faturamento).
- CPMF - Mandado de Segurança impetrado visando afastar a incidência da Taxa Selic sobre o valor da CPMF durante o período em que a contribuição estava com exigibilidade suspensa em razão de provimento judicial. Defende-se que a Selic consiste em espécie de juros moratórios não aplicáveis a tributos cuja exigibilidade estava suspensa, pois nesses casos não há mora. Em maio de 2016, após decisão desfavorável do TRF3 em processo que discutia a incidência de encargos moratórios no recolhimento dos valores devidos a título de CPMF, o Consórcio



avaliou que a atual jurisprudência no STJ é contrária aos contribuintes, sendo remotas as chances de êxito. Por essa razão, o Consórcio decidiu não interpor recursos aos Tribunais Superiores, encerrando a discussão com a conversão dos depósitos judiciais em renda para União.

Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é constituído por 474.654.195 cotas sem valor nominal no montante de R\$474.654 em junho de 2016 (174.654.195 cotas sem valor nominal no montante de R\$174.654 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de maio de 2016, os acionistas realizaram aumento de capital no montante de R\$300.000, homologado pelo BACEN em 12/07/2016.

Conforme previsto no contrato social, aos cotistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei.

Apesar do fato da Administradora ter auferido lucro líquido de R\$15.269 no semestre findo em 30 de junho de 2016, não foram distribuídos dividendos ou destinação de reserva, em virtude do prejuízo acumulado não ter sido totalmente compensado.

**12. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

As receitas de prestação de serviços referem-se a taxa de administração paga mensalmente pelos consorciados, no montante de:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas de prestação de serviços	65.372	62.346

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prestação de serviços administrativos (a) (nota 17d)	-	3.427
Despesa de rateio com folha de pagamento (b) (nota 17d)	5.128	-
Comissões pagas às concessionárias por venda de cotas de consórcio (c)	27.868	22.568
Serviços técnicos especializados	3.211	2.640
Sistema de comunicação	1.164	1.156
Sistema de processamento de dados	488	941
Despesas com serviços do sistema financeiro	604	461
Despesas com propaganda e publicidade	18	64
Outras	960	608
Total	<u>39.441</u>	<u>31.865</u>

- a) Refere-se a prestação de serviços de terceiros realizado pela GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda. (nota 17d). A partir de 01 de dezembro de 2015, os colaboradores registrados na GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda., prestadora de serviços do grupo Chevrolet Serviços Financeiros, foram transferidos para o Banco GMAC S.A.
- b) Refere-se a reembolso de despesa com folha de pagamento para o Banco GMAC S.A.
- c) No semestre findo em 30 de junho de 2016, foram vendidas 15.858 cotas de consórcios (14.760 no 2º semestre de 2015).

14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reversão de provisões para pagamentos a efetuar	234	66
Atualização monetária de impostos a compensar e depósitos judiciais	148	160
Receita de multa e juros	1.235	1.083
Recuperação de despesas operacionais (a)	1.324	1.116
Outras (b)	86	328
Total	<u>3.027</u>	<u>2.753</u>

- a) Refere-se substancialmente a recuperação de despesas com cadastro de veículos, as quais são pagas pela Administradora e passaram no exercício de 2015, a ser reembolsados pelos consorciados.



- b) Refere-se substancialmente a recuperação de comissão sobre vendas de cotas de consórcio que estejam inadimplentes ou canceladas.

15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Variação monetária e juros passivos (a)	5.289	5.109
Atualização das provisões para riscos fiscais	111	129
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas (nota 10b)	1.031	531
Outras	<u>186</u>	<u>1.354</u>
Total	<u><u>6.617</u></u>	<u><u>7.123</u></u>

- a) Refere-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pela variação da cota do Fundo BRAM Fundo de Investimento Referencial DI Federal II.

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ISS	3.330	3.171
PIS	1.179	1.093
COFINS	<u>5.557</u>	<u>5.104</u>
Total	<u><u>10.066</u></u>	<u><u>9.368</u></u>

17. PARTES RELACIONADAS

- a) Remuneração da administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de Abril, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMAC.

- b) Benefícios de curto prazo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários e Honorários da Diretoria Executiva		
Remuneração fixa	116	115
Remuneração variável	78	1
Outros benefícios (Prêmios, Rescisões e Benefícios)	<u>-</u>	<u>3</u>
Total	<u><u>194</u></u>	<u><u>119</u></u>

- c) Rescisão do contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.



d) Transações com partes relacionadas

Os saldos nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são resumidos como segue:

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2016	2015	2016	2015
CONTROLADORA:				
Banco GMAC S.A.:				
Títulos e valores mobiliários (nota 5a)	428.882	100.965	11.045	5.715
Outras obrigações – diversas (nota 8)	-	(17)	-	-
Outras despesas administrativas (nota 13)	-	-	(5.128)	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda.:				
Outras despesas administrativas (nota 13)	-	-	-	(3.427)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.



19. LIMITE OPERACIONAL

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 30 de junho de 2016 foi de 15,38%. O cálculo do patrimônio líquido ajustado leva em consideração todas as empresas que compõem o conglomerado do Banco GMAC S.A.

Título / Risco ponderado	Ativos	Ativo ponderado por risco	Patrimônio de referência exigido
Risco reduzido - 20%	15.861	3.172	349
Risco reduzido - 75%	8.325.833	6.244.375	686.881
Risco reduzido - 100%	1.864.484	1.864.484	205.093
Risco reduzido - 250%	158.086	395.214	43.474
Risco reduzido - 300%	71.308	213.923	23.532
Sub Total 1	<u>10.435.572</u>	<u>8.721.168</u>	<u>959.329</u>
Parcela para cobertura de Risco Operacional	1.416.326	1.416.326	155.796
Parcela para cobertura de exposição de Risco Cambial	84	84	9
Sub Total 2	<u>1.416.410</u>	<u>1.416.410</u>	<u>155.805</u>
Total	<u>11.851.982</u>	<u>10.137.578</u>	<u>1.115.134</u>
Patrimônio de referência			1.559.050
Índices de Basileia			15,38%



Anotações





CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS

www.chevroletsf.com.br